

POLÍTICA

politica@jundiá.br

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jundiá.br

Tamanha inspiração

A reforma administrativa de Várzea Paulista, segundo o secretário de Governo e Comunicação da cidade, David Alexandre da Silva, usou as mesmas linhas de direção da reforma de Jundiá. Tanto foi, que, na leitura dos pareceres e justificativas, feita pelo vice-presidente da Casa, Wesley Campos (PTN), Jundiá foi citada após a data de envio do texto.

Extra sem extra

O vereador Fernando Pasqualino (PV) foi o primeiro a usar a tribuna para discursar sobre a reforma administrativa de Várzea. Entusiasmado com a possibilidade de reduzir custos e fazer a cidade "lucrar", Pasqualino fez questão de ressaltar o trabalho dos vereadores. "Estamos em sessão extraordinária. Faço questão de lembrar que não recebemos nada a mais por isso. E isso não é reclamação", apontou.

Casa cheia

O plenário da Câmara de Várzea Paulista ficou lotado de servidores interessados na aprovação ou não da reforma. Enquanto os vereadores enalteciam as vantagens do texto, alguns servidores na plateia chegaram a questionar a legitimidade das mudanças. O vereador Mauro Aparecido (PV) saiu em defesa, lembrando que "os cargos exigem experiência e isso, nem sempre, significa formação."

CD de merenda

O vereador Valdecir Vilar (PTB) esteve em reunião, ontem, com o gestor de Educação, Oswaldo José Fernandes (PSB). O petebista conversou sobre vagas em creches, uniformes e também sobre merenda. Este assunto, aliás, foi alvo de visita por parte dos dois. "O professor Oswaldo me levou até o estoque da merenda de Jundiá. Fiquei encantado com o lugar. Supera os grandes centros de distribuição dos mercados. Tudo muito organizado."

'Impopular 1'

Em entrevista à revista inglesa 'The Economist', o presidente Michel Temer (PMDB) afirmou que prefere "ser impopular do que ser populista" e relativizou críticas de que seu governo seria ilegítimo. Questionado pela publicação a respeito de pichações com o slogan "Fora Temer", o presidente afirmou se tratar de uma mostra da "vibrante democracia" do país. O peemedebista afirmou à 'Economist', em conversa publicada nesta quinta-feira (9), que entregará para seu sucessor em 2019 um país "de volta aos eixos."

'Impopular 2'

Temer citou sua própria aposentadoria para defender a reforma da Previdência, um dos principais pontos de seu programa e também uma das maiores polêmicas. O peemedebista, hoje aos 76 anos, se aposentou aos 55 anos. À publicação, o presidente afirmou que as reformas propostas por seu governo servirão para "proteger os programas sociais" e defendeu uma reforma política.

COMISSÃO DA CÂMARA

Gestor de Saúde é sabatinado por vereadores de Jundiá

A Comissão de Saúde, Assistência Social e Previdência (Cosap) da Câmara de Jundiá realizou, na manhã de ontem, sabatina com o gestor da Unidade de Saúde, Vagner Vilela, no Legislativo Municipal. Participaram os cinco vereadores que fazem parte da comissão: Valdecir Vilar (PTB), Arnaldo da Farmácia (PDT), Cícero da Saúde (PROS), Wagner Ligabó (PPS) e Rafael Antonucci (PSDB).

A conversa durou mais de duas horas e foi diferente da audiência pública da Saúde,

realizada na terça-feira, também na Câmara. De acordo com o presidente da Cosap, Valdecir Vilar (PTB), o encontro foi proveitoso. "Este foi o primeiro encontro oficial entre a comissão e o gestor. Serviu para apresentá-lo aos vereadores e também para esclarecer sobre o andamento dos primeiros meses da pasta", contou.

Segundo Vilar, o gestor deu boas expectativas para a pasta com a reorganização da Saúde. "As Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs)

não terão prosseguimento. Serão usadas para outros fins para auxiliar a Saúde, funcionando como Postos de Saúde da Família (PSFs)", detalhou.

O vereador Ligabó apresentou ao secretário uma proposta de sua campanha eleitoral para criação de UBSs (Unidades Básicas de Saúde) de referência em locais estratégicos da cidade, inclusive com equipamentos e ambulâncias, que serviriam para desafogar os hospitais e que os prédios das UPAs poderiam ser usados para abrigar essas



LEGISLATIVO Vagner Vilela respondeu a diversas perguntas feitas por vereadores

unidades. "Com isso, não vai mais se sobrecarregar os serviços secundários de saúde", disse o parlamentar. Vilela concordou que há similaridade de no raciocínio, que visa

dar o maior atendimento possível a um paciente na sua própria região e só encaminhá-lo para outro serviço médico em caso de necessidade ou urgência.

REDUÇÃO DE CARGOS

Texto modificativo restringe cargo de comissão de procurador do município a não acumular proventos de ações

Com emenda, reforma de Várzea Paulista é aprovada

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jundiá.br

Com atraso de uma hora e vinte minutos, a sessão extraordinária da Câmara de Várzea Paulista votou e aprovou por unanimidade a reforma administrativa da prefeitura daquele município. O texto teve apenas uma emenda sugerida pela Casa - que também foi aprovada - para restringir o recebimento de procuradores ao valor do salário do cargo em comissão, não acumulando com os honorários das ações defendidas. A reforma deve economizar R\$ 40 milhões aos cofres do município ao longo de quatro anos.

A modificação foi elaborada pelos vereadores antes da votação, em reunião, na Câmara. De acordo com o presidente da Casa, Silso das Neves (PRB), o tema foi avaliado a fundo pelos legisladores e várias modificações foram propostas. E restou apenas a emenda para tratar dos rendimentos dos procuradores concursados. "Da forma como estava, sugeria acúmulo de rendimentos, o que é proibido para aqueles que recebem dinheiro público. Agora, o procurador de carreira que optar pelo rendimento de cargo em comissão não receberá os honorários advocatícios", comenta.

Além da emenda, Neves afirma que na sessão ordinária, terça-feira (7), quando o projeto deveria ter sido votado, o tema foi discutido e foram apontadas melhorias para o texto em relação à área da Saúde do Tra-



PLENÁRIO Em Várzea Paulista, vereadores votaram ontem projeto sobre a reforma administrativa do Executivo daquela cidade

balhador e em equiparação salarial do cargo de diretor.

Segundo o secretário de Governo e Comunicação, David Alexandre da Silva, as alterações propostas foram bem-vindas. Por isso, o tema não foi votado na sessão ordinária. "Não é possível fazer comparações com os salários anteriores porque houve mudança nas atribuições. Cargos de assessoria deixaram de existir, assim como o posto de supervisor. Outra alteração foi na diretoria de Saúde do Trabalhador, que estava ligada à Fazenda e, com a proposta dos vereadores, vol-

tou para a Vigilância e Saúde", detalha.

A economia de R\$ 40 milhões, segundo Silva, será proveniente da redução de 218 cargos comissionados - número atualizado na tarde de ontem, pela assessoria de imprensa da Prefeitura de Várzea Paulista. Até o ano passado, o Executivo de Várzea Paulista possuía 398 cargos em comissão - agora, serão 180. Lá, ao contrário de Jundiá, em que os cargos comissionados atendem tanto nomeações quanto servidores em carreira, em Várzea, existe separa-

ção. Além das 180 nomeações, há 116 vagas destinadas exclusivamente para servidores concursados. Antes, eram 70. "Este incremento incentiva os servidores e também é preconizado pela Constituição", conta.

O menor salário pago para cargo comissionado em Várzea Paulista será de R\$ 1,9 mil e o maior será de R\$ 14 mil, valor que quatro assessores especiais - cargos novos - receberão. "Esses cargos foram criados para trazer expertise para a cidade. Para ocupá-los, é necessário ser formado, pós-graduado e com notória especialização no as-



DAVID DA SILVA "As alterações propostas foram bem-vindas", destaca o secretário



SILSO DAS NEVES "Tema foi avaliado a fundo e modificações foram propostas"

sunto. Estamos em revisão do Plano Diretor e precisamos de pessoas com experiência em Planejamento Urbano, por exemplo", detalha o secretário.

JUSTIÇA

Ação contra Dilma-Temer terá mais duas testemunhas

O ministro Herman Benjamin, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), intimou mais duas testemunhas da Odebrecht para depor nesta sexta-feira (10) na ação em que investiga eventual abuso de poder político e econômico pela chapa Dilma-Temer na campanha de 2014.

Leonardo Migglacio e Maria Lúcia Tavares serão ouvidos pelo ministro por vídeoconferência às 16h, informou o TSE. Ambos trabalhavam no Departamento de Operações Estruturadas da Odebrecht, que, segundo a Polícia Federal, era um setor oculto no organograma da empresa inteiramente dedicado ao

pagamento de propina. Maria Lúcia Tavares foi presa temporariamente em março do ano passado na Operação Acarajé, 23ª fase da Lava Jato. Segundo as investigações, ela era a secretária responsável pela atualização das planilhas de pagamentos de propina. Documentos foram apreendidos em sua casa.

Na mesma fase da Lava Jato, foi decretada a prisão preventiva de João Santana e de sua mulher, Mônica Moura. Ele foi o marqueteiro responsável pela campanha de Dilma Rousseff em 2014. Os dois foram condenados no mês passado a oito anos e quatro meses de prisão

por terem recebido US\$ 4,5 milhões em contas no exterior. O dinheiro teria como origem a Odebrecht.

Leonardo Migglacio, por sua vez, foi preso em fevereiro do ano passado em Berna, na Suíça, tentando encerrar contas ligadas à Odebrecht.

Na quarta-feira (8), o ministro Herman Benjamin intimou José de Carvalho Filho, para depor também nesta sexta-feira à tarde. Ele é apontado pela força-tarefa da Lava Jato como responsável por fazer entregas em dinheiro para a Odebrecht.

No mesmo dia, foram marcadas duas apreensões. A primeira, será

entre Marcelo Odebrecht, ex-presidente do grupo, e os ex-executivos da companhia Benedito da Silva Júnior e Hilberto Mascarenhas Filho. A outra será entre Odebrecht e Carlos Melo Filho, também ex-executivo da empreiteira. Todos já prestaram depoimento no TSE nos últimos 10 dias.

Inicialmente focado em irregularidades na contratação de gráficos, desde o começo deste mês, Benjamin resolveu incluir nas investigações os indícios de doações ilegais de campanha provenientes da Odebrecht, revelados pela Operação Lava Jato. Embora com ressalvas, as

contas da campanha da então presidente Dilma Rousseff e do vice-presidente Michel Temer, chegaram a ser aprovadas pelo TSE em dezembro de 2014. Após questionamentos do PSDB, no entanto, o processo foi reaberto.

Conforme entendimento atual do TSE, a prestação contábil do presidente e do vice-presidente é julgada em conjunto. Se for comprovado o abuso de poder político e econômico na campanha de 2014, o processo pode resultar na inelegibilidade de Dilma e na cassação de Temer. A defesa de ambos nega qualquer irregularidade. (Folhapress)